

Proletários de todos os Países: UNI-MOS!



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P. C. P.

INICIATIVA, AUDÁCIA E VIGILANCIA

FRENTE À OFENSIVA POLICIAL FASCISTA

Frete à ofensiva policial desencadeada contra o nosso Partido, torna-se necessário que todas as organizações e militantes do Partido saibam dar provas de iniciativa, audácia, vigilância e disciplina partidária na defesa do Partido e dos seus quadros.

É elaborando materiais com indicações concretas sobre a defesa do Partido e dos seus quadros, é indo às organizações e fazer ali discutir largamente, ponto por ponto, a situação conspirativa de cada uma das organizações e militantes, é substituindo provisoriamente os camaradas mais conhecidos como comunistas, é armando todos os camaradas responsáveis de organismos de direcção com ordens de trabalho sobre matéria conspirativa, para serem levadas a discussão na base, é levando de uma para outra organização as experiências colhidas, e vigiando pelo cumprimento das resoluções do Partido, é estabelecendo rapidamente em todo o Partido e em cada uma das organizações em particular, uma autêntica disciplina de ferro em matéria conspirativa, é, enfim, levando a todo o Partido a prática da crítica e da auto-crítica, que as organizações e militantes do Partido revelarão iniciativa, audácia, vigilância e disciplina partidária.

Mas, isto é apenas uma faceta da questão. A outra faceta consiste em os militantes e organizações do Partido saberem levar o Partido para a frente, ligando-o cada vez mais às massas. As lutas reivindicativas de carácter massivo, as pequenas e grandes lutas políticas, as acções de protesto contra o terror salazarista, as acções de solidariedade para com todos os presos anti-fascistas e perseguidos políticos, são tarefas que igualmente devem continuar na ordem do dia e que nenhum militante e organização do Partido deve esquecer na sua actividade diária.

A constituição de Comissões de Unidade, de Comissões Sindicais de Unidade de empresa e de indústria, etc., etc., sempre estreitamente ligadas às mais largas massas trabalhadoras, são a melhor via para defendermos os militantes do Partido da acção policial, são a melhor via para fazermos estancar a ofensiva da policia fascista de Salazar.

Paralelamente a isto, é de toda a necessidade que todos os quadros do Partido façam um grande esforço no sentido de consolidar e fortalecer orgânica e politicamente todo o Partido. Para isso impõe-se dar vida política aos organismos colectivos de direcção existentes e começar a arrumar-se organicamente tudo quanto ainda esteja disperso, de forma a acabar-se rapidamente com o tipo dos "homens orquestra". Todavia, não se vá julgar que não devamos continuar a alargar o Partido a toda a parte. Não; pelo contrário, isso impõe-se como uma das tarefas fundamentais do Partido. Ao mesmo tempo impõe-se que seja travada uma larga discussão em todos os organismos do Partido sobre o MUD e Unidade Nacional, no sentido de todos os comunistas passarem a ser os melhores obreiros da consolidação orgânica e política destes dois Movimentos de Unidade, e do seu alargamento à escala nacional.

Eis aqui uma outra forma de fazermos frente à ofensiva policial fascista e ao mesmo tempo de criar condições para num futuro próximo levarmos as largas massas da população à ofensiva contra o fascismo salazarista.

Muitas destas indicações já foram repetidas várias vezes. E se é certo que muitos camaradas e organizações têm compreendido a situação e posto em prática as indicações e resoluções dos organismos de direcção central do Partido e ao mesmo tempo tendo ini-

ciativas próprias, não é menos certo que ainda há camaradas que não compreendem a justeza das resoluções tomadas, e, por isso, não as põem em prática, como muito meos tomam iniciativas próprias para defenderem as organizações e quadros do Partido e põ-los em condições de enfrentarem a ofensiva policial.

Assim, há camaradas que ante a ofensiva policial nas suas próprias organizações persistem em não cumprir as mais elementares regras conspirativas e não tomando quaisquer medidas de defesa das organizações, pelo contrário, quando chamados à atenção respondem com ênfase «que o que há é medo e não perigo, pois a polícia não se vê».

Há outros camaradas que são severos para com camaradas que praticam mau trabalho conspirativo. Nas suas intervenções mostram ter uma compreensão justa do problema, mas quando se vai ao fundo da questão, quando se analisa o trabalho conspirativo das suas organizações, alguns revelam graves incompreensões, resistem ao reconhecimento dos seus erros conspirativos e ao cumprimento das regras necessárias à defesa das organizações e dos quadros do Partido, quer dizer, o que antes apontavam para os outros como justo, para eles não serve.

Há ainda outros camaradas que, ao ser-lhe chamada a atenção para deter-

minados factos suspeitos, uns, e actividades policiais, outros, logo respondem atribuindo responsabilidades a segundos, ou, o que é pior, colocam a alternativa de não haver nada ou haver precipitação. Reacções destas revelam uma forma precipitada de análise e ao mesmo tempo a preocupação de se sacudir responsabilidades próprias, sem que primeiro se analise a situação real existente e o seu próprio trabalho conspirativo. Por outro lado, revela-nos que se subestima a acção policial e consequentemente não se tomam medidas práticas de defesa.

Que nos indica tudo isto? Que se torna cada vez mais necessário uma larga discussão do problema conspirativo em todos os escalões do Partido. Que se torna cada vez mais necessário exercer uma apertada vigilância mútua em matéria conspirativa em todas as organizações do Partido e dos militantes entre si. A prática da crítica e da auto-crítica deve estar sempre presente em todas as reuniões dos organismos do Partido de forma a que tudo apareça à luz do dia, para assim se rectificarem na actuação futura os erros cometidos. Que cada vez se torne mais necessário estabelecer rapidamente uma **DISCIPLINA DE FERRO EM MATÉRIA CONSPIRATIVA** não deixando sem sancionar todos os militantes que, depois de devidamente esclarecidos, continuam persistindo nas mesmas faltas.

AS MANOBRAS FASCISTAS E AS ELEIÇÕES SINDICAIS

Sob o falso pretexto de que alguns sindicatos têm uma vida associativa precária, sendo necessário reorganizá-los, ou inventando pretensas infracções às leis corporativas, tem sido retirada a sanção às direcções de vários sindicatos e nomeadas em seu lugar Comissões Administrativas compostas por indivíduos dispostos a trair os interesses dos trabalhadores, fazendo o jogo do fascismo e do patronato.

O objectivo dos dirigentes fascistas ao nomearem Comissões Administrativas com a profusão com que o estão fazendo não pode iludir ninguém. Com isso pretende-se não realizar eleições em grande número de sindicatos, visto que, como é sabido, os sindicatos em regime de Comissão Administrativa estão isentos do cumprimento dos es-

tatutos, só tendo de prestar contas ao Sub-Secretário das Corporações.

Não é este, porém, o único aspecto das manobras fascistas. Nalguns sindicatos os dirigentes sindicais traidores têm pretendido realizar eleições antes do prazo marcado pelos estatutos, pela calada, como salteadores cuja consciência não está muito tranquila. Desta maneira procuram que os trabalhadores não tenham tempo de organizar as suas LISTAS DE UNIDADE, apresentando-se nas assembleias divididos ou não tomem, sequer, conhecimento de que as eleições se vão realizar e seja demasiado tarde quando forem pelo logro.

Estas manobras não devem ser senão o prelúdio de um ataque mais largo aos direitos sindicais dos trabalhadores, sendo possível que ao aproximar-

se a data das eleições — é semelhante ao que aconteceu em 1945 — o governo salta por cima das suas próprias leis e, mais uma vez, proíbe a livre realização das eleições sindicais.

Com a aproximação da época das eleições sindicais e a possibilidade de novas manobras fascistas, um problema de interesse vital se coloca ante todo o Partido: O REFORÇO E ALARGAMENTO DA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA COM O OBJECTIVO DE LUTAR PARA QUE, de acordo com as próprias leis fascistas, AS ELEIÇÕES SE REALIZEM EM TODOS OS SINDICATOS — MESMO NAQUELES QUE ESTÃO EM REGIME DE COMISSÕES ADMINISTRATIVAS — DENTRO DOS PRAZOS FIXADOS PELOS ESTATUTOS.

Como trabalho preparatório para as eleições sindicais, é necessário intensificar a elaboração de LISTAS DE UNIDADE a apresentar nas Assembleias Gerais. Na preparação destas LISTAS deve participar o maior número possível de trabalhadores, de maneira que se não verifique a apresentação de mais do que uma LISTA DE OPOSIÇÃO, como sucedeu nas últimas eleições nalguns sindicatos. Este trabalho reforçará e alargará a UNIDADE da classe operária, chamando à luta pela realização das eleições e interessando na escolha dos dirigentes sindicais — dentro do mais

falso espírito de UNIDADE — as mais vastas camadas de trabalhadores.

As Comissões Sindicais de Unidade das empresas e as Comissões de Coordenação Sindical de Unidade de indústria devem intensificar a sua actividade na mobilização dos trabalhadores para a realização prática destas tarefas. Mas lá onde ainda não houver Comissões Sindicais de Unidade constituídas, cabe aos organismos do Partido tomar as medidas práticas para a mobilização dos trabalhadores para irem em massa às eleições sindicais votar em homens sérios, da sua inteira confiança e incapazes de traír a sua classe.

Convém ainda frisar que as organizações do Partido não podem nem devem deixar a realização das tarefas atrás expostas inteiramente entregues às Comissões Sindicais de Unidade. Não. Todo o Partido deve empregar os maiores esforços para mobilizar os trabalhadores para as eleições sindicais, alertá-los contra quaisquer manobras fascistas, para defenderem pela luta massiva e unida os seus direitos sindicais, para se oporem a todo e qualquer adiamento das eleições sindicais, para os pôr de atalhia ante qualquer antecipação das eleições nalguns sindicatos, para exigirem que as direcções, uma vez eleitas com lisura, sejam imediatamente empossadas no seu cargo sem necessidade de qualquer sanção governamental.

A actual situação e o papel dos comunistas

O apoio cada vez mais aberto dos anglo-americanos ao regime salazarista, por um lado, e, por outro, a sua política demagógica sobre o abastecimento, criaram uma certa expectativa e a esperança em grande parte do nosso povo quanto à solução desse magno problema. Isto conseguiu reter — em grande parte — o descontentamento que vinha lavrando nessa parte da população, descontentamento que era originado, principalmente, pela falta e encarecimento dos géneros alimentícios.

Animado e favorecido por tais circunstâncias, o salazarismo intensificou o ataque às forças da oposição, quer tentando dividi-las quer aumentando a sua acção e métodos repressivos.

Uma tal situação originou um afrouxamento na luta das forças oposicionistas e um ambiente de receio em muitos dos seus elementos. Isto apa-

receu com bastante clareza, muito particularmente, no MUD com a diminuição da sua actividade e com as tendências surgidas em parte dos seus elementos para a sua ilegalização ou extinção.

Como se vê, o salazarismo, com a sua tática de iludir e fraccionar, por um lado, e de atacar, por outro, tem conseguido alguns sucessos aos quais não podemos fechar os olhos e que a continuarem podem abalar profundamente a combatividade que se vinha notando nas forças da oposição e atrasar a sua completa unificação.

Não deve haver a menor dúvida entre nós, comunistas, que se o salazarismo conseguisse tal objectivo isso seria uma grande derrota para nós. Se a unidade e a combatividade das forças da oposição forem abaladas, o nosso Partido será o que mais sofrerá, porque mais isolado se encontrará na luta

e, por isso, os ataques do inimigo serão muito mais intensos contra nós. A nossa defesa estará, portanto, em não deixar afrouxar a combatividade das forças da oposição e em saber alargar e consolidar a sua unidade, isto é, em não perder as posições já conquistadas, mas sim preparar essas forças para a conquista de outras.

Como poderemos levar por diante esta importante tarefa? Em primeiro lugar com um intenso trabalho de esclarecimento sobre a real situação não só no campo nacional como internacional; em segundo lugar, defendendo e intensificando as acções legais, não deixando que o movimento da oposição caia só em acções ilegais; em terceiro lugar, fortalecendo e ampliando todo o aparelho organizativo. Os órgãos do nosso Partido, particularmente, devem ser consolidados e ter uma vida política activa, o mesmo se dando com os organismos do MUNAF, do MUD e do MUDJ.

Se é verdade que estamos em presença do recrudescimento do fascismo nalguns países, assistimos também à consolidação das forças democráticas noutros. Por outro lado, as nações em que a democracia se firmou estão em franco progresso, enquanto os outros estão às portas de uma grave crise. Portugal é um deles. O salazarismo cada vez está mais submetido à política dos interesses dos monopolistas portugueses ligados ao capital anglo-americano. Enquanto a economia do nosso país começa já a debater-se com a crise, a política ruinosa de importações continua. Nenhuma medida séria de fomento é tomada para evitar o mal; apeas o ministro das Obras Públicas vai percorrendo o país a prometer demagógicamente a abertura de algumas obras de melhoramento locais que pouco ou nada resolverão.

Ora, a crise em que o nosso país se começa a debater não será resolvida com essas paucidades; requer medidas mais energicas que o salazarismo lança para em prática, porque vai dar o seu rosto contra as suas próprias concepções. A crise no nosso país tenderá, portanto, a agravar-se, o que contribuirá, por sua vez, num futuro próximo, para fazer recrudescer mais intensamente o descontentamento do povo contra o regime. Se juntarmos a isso os progressos dos países democráticos em contra-posição à crise e contradições do capitalismo mundial, fácil será verificar que teremos condições objectivas favoráveis, muito em breve, para uma contra-ofensiva das forças democráticas contra o salazarismo.

Há, por conseguinte, que esclarecer o povo sobre a real situação, intensificando as pequenas lutas por todo o país, de forma a impedir que o salazarismo possa concentrar as suas forças e assegnorear-se de posições com as quais possa dominar a situação. Paralelamente, no decorrer dessas pequenas lutas, devemos aperfeiçoar e fortalecer a organização, reunindo o maior número de forças e reservas para essa contra-ofensiva.

Ao Partido, principalmente, cabe, no actual momento, esta grande tarefa: **SABER LEVANTAR O ESPÍRITO COMBATIVO DAS FORÇAS DA OPÇÃO** (actualmente um pouco abatido) **E DAR-LHE UM NOVO IMPULSO PARA ACÇÕES MAIS DECISIVAS.**

Isto impõe, como já atrás foi dito, um esclarecimento amplo ao povo da real situação, continuar a aproveitar todas as possibilidades legais ainda existentes, intensificando as pequenas lutas reivindicativas e organizar, organizar, organizar as nossas forças para os grandes combates que se aproximam.

ALGUNS PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO NA GREVE DE LISBOA

A condução dum movimento de massas exige a existência de organismos capazes de acompanhar a situação e dirigir as massas em todas as fases do movimento. Se tais organismos não existem, as massas são entregues a si próprias, sujeitas a hesitações, vacilações e acções contraditórias e incapazes de, em situações difíceis, encontrar uma única linha de acção, sobretudo tratando-se de amplos movimentos. A falta de organização num movimento de massas leva a quebra

de unidade e abre passo à vitória do inimigo.

Os organismos dirigentes de um movimento de massas não podem ter sempre as mesmas características e as mesmas funções. O número dos seus componentes e as suas qualidades como lutadores, o funcionamento do organismo, as formas concretas da sua ligação com as massas — têm que variar segundo as circunstâncias do movimento. Isto explica porque os processos de acção de uma organização

para dirigir uma luta reivindicativa legal, por exemplo, não podem ser os mesmos de uma organização para dirigir uma greve.

Foi a incompreensão acerca deste importante problema que explica muitas deficiências na condução da greve de abril, em Lisboa. Ao encarar-se a organização dos operários das Construções e Reparações Navais para a sua luta, não se teve devidamente em conta a evolução da própria luta, a consequente modificação da situação e a necessidade de acompanhar esta modificação com medidas adequadas no que respeita à organização.

Quais eram os organismos dirigentes da luta nas empresas enquanto a luta se desenrolou no terreno legal? Eram as Comissões de Unidade das empresas e a Comissão Geral com delegados das Comissões de Empresa. Correspondiam estes organismos à necessidade do movimento? Sem dúvida que sim. Eles eram eleitos democraticamente pelas massas, a quem davam regularmente conta da sua actuação. Eles ligavam-se às massas em reuniões e amplas assembleias. Faziam-se acompanhar pelas massas junto dos escritórios quando faziam suas reclamações. Nessa fase da luta, as Comissões de Unidade de empresa e a Comissão Geral, compostas de numerosos membros, correspondiam às necessidades do movimento e asseguravam uma sólida ligação com as massas e uma correcta direcção do movimento.

Uma vez, porém, que a luta entrou numa fase superior, não se soube criar os organismos adequados. Quando se começou encarando a possibilidade e necessidade de recorrer à greve, falou-se, é certo, em Comités de Greve. Mas tais Comités eram sobretudo encarados à base das Comissões de Unidade, e o seu funcionamento manteve, em muitos aspectos, as mesmas características das Comissões de Unidade. Os elementos dos Comités de Greve eram, na sua maior parte, elementos das Comissões de Unidade. Os poucos Comités de Greve que chegaram a ser formados não eram mais que Comissões de Unidade desfalçadas. A condução da greve continuou, no fundamental, confiada às Comissões de Unidade.

Que resultou daqui?

Que tais organismos, pelas suas características (grande número de componentes, formas directas de ligação com as massas, etc.) não podiam, nem puderam assegurar a direcção diária

da greve, sobretudo a partir do momento em que o fascismo encerrou fábricas, prendeu operários, espalhou manifestantes e fez cair sobre as massas uma violência repressiva. Então não podiam já ter lugar as amplas reuniões e assembleias, não podiam já os organismos dirigentes dar directamente directrizes às grandes massas, não podiam já facilmente reunir e deliberar organismos muito amplos. Mas a verdade é que se insistiu nesses métodos de organização.

As consequências desta incompreensão foram prejudiciais ao movimento. Os organismos de direcção perderam, em muitos casos, contacto com as massas, estiveram desligados delas em muitos momentos decisivos da greve, e não puderam desta forma determinar e indicar sempre uma orientação justa e fazer chegar rapidamente às massas as suas directrizes.

No decurso da greve e nas suas fases mais agudas, a voz do organismo dirigente da greve não chegou devidamente às massas, havendo sectores fabris onde numerosas directrizes chegaram só por vias dos manifestos do Partido, com a agravante de estes serem em número insuficiente.

Por outro lado, tendo a repressão atingido fortemente as empresas e impossibilitado o funcionamento das Comissões de Empresa, o Comité Dirigente da Greve viu-se sem contacto com o pessoal de algumas empresas em greve não sabendo ao certo o seu estado de espírito, as suas reacções perante a repressão, etc. Isto explica, em grande parte, a lentidão e atraso de algumas directrizes do Comité Dirigente e também deficiências na distribuição da solidariedade e a irregularidade da agitação.

Finalmente, uma vez que aos Comités de Greve pertenciam elementos conhecidos como pertencendo às Comissões de Unidade, o fascismo pôde tomar medidas contra esses trabalhadores, prendendo uns e perseguindo outros e dificultando assim a sua acção dirigente junto das massas, bem como o funcionamento dos organismos a que pertenciam.

É justo dizer-se que, nos problemas de organização, não se souberam aproveitar as riquíssimas experiências da greve de 8 e 9 de Maio de 1944. Então formou-se um Comité Dirigente da Greve com camaradas qualificados e formaram-se Comités de Greve nos principais sectores e em dezenas de empresas. Se é certo que muitos destes Comités tiveram um funcionamento irre-

gulara partindo segundo dia de repressão, não é menos certo que a eles se deve, em grande parte, a magnífica unidade de acção dos operários e camponeses do Baixo Ribatejo e o cumprimento heroico das directrizes do Partido nesse sector, nos dias 8 e 9. Estas experiências, tanto dos lados positivos da organização no 8 e 9 de Maio, como das dificuldades ocasionadas pelas deficiências então verificadas, não foram aproveitadas na greve de abril. Na greve de abril, não só não se corrigiram as deficiências vistas no 8 e 9 de maio, como não se fez, de forma alguma, um esforço organizativo semelhante.

Que se impunha para a direcção da greve de abril? Impunha-se que os Comités de Greve fossem organismos extraordinariamente mais leves que as Comissões de Unidade (formadas para a direcção do movimento no terreno legal), organismos capazes de resistir e funcionar nas condições de repressão, com as fábricas encerradas e a violência das forças repressivas. Impunha-se

o estabelecimento duma rede de ligações (e agentes de ligação) com todos os sectores e todas as empresas. Impunha-se que os Comités de Greve fossem constituídos com trabalhadores que não pertencessem às Comissões de Unidade, porque este facto sujeitou-os a mais fácil acção policial. Impunha-se que os Comités de Greve assegurassem ligações com Comissões de Solidariedade, para angariação e distribuição dos fundos recolhidos. Impunha-se que junto dos Comités de Greve e sob sua orientação funcionassem organismos para um trabalho de agitação.

Este trabalho de organização não se fez, com as consequências atrás vistas.

A dura experiência da greve de Abril indica-nos a necessidade de, em movimentos semelhantes, empregar um muito mais decidido esforço no trabalho de organização, criando os organismos apropriados a cada fase da luta e compreendendo que a sorte do movimento depende, em parte decisiva, da boa ou má organização.

Para uma boa política de quadros

Dizíamos num artigo de «O MILITANTE» n.º 44 com o título do actual, que as reuniões dos organismos do Partido serviam para estudar a situação diária das massas e para se tomarem resoluções práticas aconselháveis para cada situação dada, e partirmos daqui para a sua efectivação prática.

Acrescentamos hoje que as reuniões dos organismos do Partido, principalmente de direcção, servem também, e em primeiro lugar, para se analisar atentamente a situação económica e política da localidade, região, provincia, etc., e em conformidade com essa análise resolverem-se as medidas a pôr em prática para levar as organizações do Partido a actuar.

Certamente que não basta fazer-se um estudo muito sério e justo sobre uma dada situação. Também não basta tomarem-se resoluções justas sobre a mesma situação. Isto será a primeira parte do problema (muito importante, sem dúvida,) mas que de pouco ou nada valerá se não for levada à prática.

Muitas vezes alguns organismos do Partido analisam com justeza determinada situação, tomam-se mesmo resoluções muito acertadas. Mas o certo é que algumas vezes, infelizmente não poucas, acabada a reunião, esquece-se que e que antes tinha sido resolvido era para ser efectivado junto das mas-

sas. Outras vezes, parece, fica-se convencido de que, pelo facto de se ter analisado bem os problemas e de se terem tomado resoluções justas, tudo fica resolvido e que o andar do tempo se encarregará de solucionar tudo.

Ora, é bom que se meta na cabeça de todos os militantes que as resoluções tomadas pelo Partido Comunista não são para ficarem «na gaveta» mas sim para serem levadas à prática junto das massas, para saltarem para a rua com toda a audácia.

Mas porque sucedem estas coisas?

Isto sucede porque, uma vez analisada a situação e tomadas as resoluções, não fica assente na própria reunião qual o camarada que deve realizar esta tarefa e qual o que deve realizar aquela, não se responsabilizam esses camaradas pela sua efectivação, não se discute e não se estuda a forma concreta de levar as resoluções à prática. Não se compreende que é preciso armar os camaradas indicados para a acção prática com tudo que possa facilitar-lhes a sua missão. A medida que se coloca o problema deve, pois, fazer-se um largo esclarecimento sobre a sua importância, explicar os porquês dessa resolução e paralelamente indicar, com mais ou menos precisão, todos os caminhos que possam conduzir-nos ao objectivo previsto.